PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
Rua José Camacho n. 585, Sala 4, Térreo - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3217-1373 Fax: (69) 3217-1372 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

PREGÃO ELETRÔNICO n. 092/2013

1. PREÂMBULO

1.1. O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO)**, doravante denominado **Tribunal**, **TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL,** visando a contratação de empresas para prestação de serviços de treinamento para atender a Divisão de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal – DECAP/TJRO, sendo regida pelas Leis Federais n. 8.666/93, n. 10.520/02 e Lei Complementar n. 123/06, pela Resolução do TJRO n. 006/2003-PR, publicada no Diário da Justiça/RO n.057 de 26/03/2003, e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

1.2. DO OBJETO

1.2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento em PMP Foundations + PMP Advanced (combo), na última versão disponível no mercado, **conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.**

1.3. DA SESSÃO DE DISPUTA

SESSÃO PÚBLICA DA DISPUTA: **09:30h** do dia **14/10/2013** (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: *www.comprasnet.gov.br*

2. DA AUTORIZAÇÃO

2.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n**.** 0016633-14.2013.8.22.1111 e Processo Financeiro n. 0311/1051/2013.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Para participar da presente licitação as interessadas deverão estar previamente credenciadas perante o provedor do sistema eletrônico, na forma do disposto no item 5 deste Edital.

3.1.1. Somente poderão participar desta licitação as empresas cujo objetivo social seja pertinente ao objeto desta licitação, e que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata.

3.2. Observadas as demais disposições constantes no art. 9º, §§ 1° ao 4° da Lei n. 8.666/93, não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; e

c) servidor ou dirigente deste Tribunal.

3.3. Também não poderão participar desta licitação as pessoas físicas, mesmo em regime de consórcios, bem como as empresas:

a) em regime de consórcio ou grupo de firmas;

b) concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

c) suspensas ou impedidas do direito de licitar com a Administração Pública do Estado de Rondônia; e

d) tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em R$ 29.663,33 (vinte e nove mil seiscentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos).

5. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO *COMPRASNET*

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de **chave de identificação e senha pessoal**, obtidas junto ao órgão cadastrador, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3.1. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, ou de sua desconexão.

6. DO PROCEDIMENTO DESTE PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. Do envio das propostas de preços pelo sistema eletrônico

6.1.1. A licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo considerada inválida a proposta apresentada por meio diverso.

6.1.2. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial informando o **valor unitário** e o **valor total** proposto para cada item ofertado, em moeda nacional, com DUAS casas decimais, sem pontos e com vírgulas, para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo e ainda, em campo próprio do sistema:

a) Declarará que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital, manifestando o pleno conhecimento e aceitação de todas as regras deste certame;

b) Declarará, sob pena de inabilitação, a inexistência de fato superveniente impeditivo de contratação com a Administração Pública;

c) Declarará, sob pena de inabilitação, a Elaboração independente de Proposta;

d) Declarará, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

e) Declarará, se for o caso, o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6.1.2.1. Em caso de omissão a licitante será desclassificada no item/grupo.

6.1.2.2. É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.1.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte, etc) devem estar inclusas nos preços cotados.

6.1.4. O prazo de validade da proposta comercial será de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo a licitante ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR.

6.1.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6.1.6. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o seu encaminhamento. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.1.7. No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no aviso do COMPRASNET e o disposto nos Anexos deste edital (Especificações), o licitante deverá

obedecer ao que está disposto nestes ANEXOS.

6.2. Da abertura e do critério de julgamento das propostas de preços

6.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas de preços, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.2. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO,** observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero e ainda, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes. Também não serão consideradas as propostas que impuserem condições diferentes das dispostas neste Edital, que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atenderem aos requisitos mínimos discriminados neste Edital.

6.2.3.1. O ônus da prova da exequibilidade dos preços ofertados incumbe à autora da proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados da intimação.

6.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

6.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

6.2.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

6.3. Da fase de disputa e da formulação de lance

6.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.

6.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

6.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o *site* www.comprasnet.gov.br, opção “Acesso seguro. Clique Aqui” > Login e Senha > Serviço aos Fornecedores > Pregão Eletrônico > Lances.

6.3.4. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do

respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

6.3.5. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.3.6. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

6.3.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.8. O tempo normal de disputa será controlado e encerrado pelo Pregoeiro, quando então o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances. Logo após, a disputa entrará na fase randômica, que transcorrerá por um período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.3.9. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo a situação denominada **empate ficto,** prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06, o Sistema Eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo Estatuto.

6.3.10. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.3.11. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.3.12. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

6.3.13. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da fase de disputa, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.14. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a fase de disputa da sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes através de mensagem inserida no sistema eletrônico.

6.3.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro de data diversa.

6.4. Dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte

6.4.1. Nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n. 123/06, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.4.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

6.4.3. Encerrado o tempo randômico, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o Pregoeiro convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos,** sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

6.4.4. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar encerramento à disputa do item/grupo.

6.5. Da Proposta de preços detalhada e da habilitação

6.5.1. A Proposta de Preços Detalhada (modelo constante no ANEXO II deste Edital), atualizada em conformidade com o lance eventualmente ofertado, deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, contadas do momento da convocação pelo pregoeiro, em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá conter:

a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, telefone/fax e endereço eletrônico (e-mail);

b) Descrição do objeto ofertado em conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital; e

c) **Valor unitário** e **valor total** de cada item.

6.5.2. A habilitação parcial da licitante primeira classificada será verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), para verificação da (do):

a) Prova de regularidade quanto aos Tributos Federais;

b) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

c) Prova de regularidade junto ao INSS;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

6.5.3. A habilitação complementar deverá ser encaminhada pela (s) licitante (s) no prazo de 2 (duas) horas contados do momento da convocação pelo pregoeiro, em campo próprio do sistema eletrônico e consistirá em:

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos, perante a Justiça do Trabalho;

b) documentos indicados no subitem 6.5.2 que porventura estejam vencidos e/ou não informados no SICAF, devidamente revalidados/atualizados;

c) Comprovação do registro da empresa (R.E.P) no PMI.

6.5.4. A licitante interessada em usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar n. 123/2006 (Estatuto da Micro e Pequena Empresa), além da documentação exigida nas alíneas dos subitens 6.5.2 e 6.5.3 deste Edital, deve apresentar documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, para comprovar o seu enquadramento na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo **com os arts. 3º e 73, inciso IV da Lei Complementar n. 123/06** e art. 8º da Instrução Normativa n. 103 de 30 de abril de 2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, ou declaração preenchida pelo representante legal da licitante, sob as penas da Lei.

6.5.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de até 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.4.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à **CONTRATAÇÃO** da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou ainda revogar esta licitação.

6.5.5. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Compras do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, no endereço mencionado neste edital, dentro do prazo assinalado pelo pregoeiro.

6.5.5.1. As cópias poderão ser autenticadas por tabelião de notas, pregoeiro ou membro da equipe de apoio, mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.5.2. As certidões obtidas via internet estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

6.5.6. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e

c) Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

6.5.8. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das Certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

6.5.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5.10. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a empresa estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tal empresa será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

6.6. Do recurso

6.6.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer, assegurando-lhe no mínimo 20 (vinte) minutos.

6.6.2. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar suas razões, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

6.6.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

6.6.5. Findo o prazo do subitem 6.6.2 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o Pregoeiro o apreciará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido, encaminhando-o, devidamente informado, à Secretaria Administrativa deste Tribunal, devendo a autoridade competente, após o recebimento dos autos, proferir a decisão dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.6.6. O recurso terá EFEITO SUSPENSIVO sobre o ato recorrido, observado o disposto no art. 109, § 2º da Lei n. 8.666/93.

6.6.7. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os Autos do Processo estejam com vista franqueada à interessada.

6.6.8. Julgado o recurso, a decisão será publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no Jornal "A Gazeta de Rondônia", no *site* www.tjro.jus.br, bem como afixada no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, e oficiada à (s) impetrante (s).

7. DO CONTRATO

7.1. Da adjudicação e homologação

7.1.1. O objeto desta licitação será adjudicado pelo Pregoeiro. Quando houver interposição de recurso será adjudicado pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal.

7.1.2. Adjudicado o objeto, o Ordenador de Despesas deste Tribunal decidirá quanto à homologação, revogação ou nulidade deste procedimento licitatório.

7.1.3. A autoridade competente somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

7.2. Da assinatura do contrato

7.2.1. Homologado o resultado desta licitação e respeitada a ordem de classificação, o Tribunal convocará a adjudicatária para que assine o contrato.

7.2.2. A convocação será realizada via e-mail – com aviso de recebimento -, encaminhado com o anexo do contrato, para impressão, assinatura e devolução via postal.

7.2.3. O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas no item 8 deste Edital.

7.2.4. A adjudicatária localizada na cidade de Porto Velho-RO deverá entregar na sede do Tribunal o contrato assinado, no prazo estabelecido no item anterior.

7.2.5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa do contrato, por via postal, para assinatura da adjudicatária.

7.2.6. Na data da assinatura do contrato, o representante da licitante vencedora deverá:

a) comprovar seu poder para representar a licitante, através de documento legal; e

b) atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos.

7.2.7. Nas hipóteses de não assinatura do contrato, nos prazos e condições estabelecidas, o

Tribunal poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para após, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

7.3. Da alteração, do reajuste dos preços, da inexecução e da rescisão do contrato

7.3.1. Conforme descrito no item 14 do Termo de Referencia Anexo I deste Edital.

7.4. Da vigência do contrato

7.4.1. Conforme descrito no item 11 do Termo de Referencia Anexo I deste Edital.

8. DAS PENALIDADES DO PROCEDIMENTO

8.1. Sem prejuízo das penalidades contratuais e das demais cominações legais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e/ou no Sistema de Cadastro de Fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aquela que:

a) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato;

b) deixar de entregar a documentação exigida neste Edital;

c) apresentar documentação falsa;

d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) não mantiver a proposta;

f) falhar ou fraudar na execução do objeto;

g) comportar-se de modo inidôneo;

h) fizer declaração falsa; e

i) cometer fraude fiscal.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Conforme descrito no item 15 do Termo de Referencia Anexo I deste Edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO A ESTE EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, dirigidas ao Pregoeiro, por meio do e-mail licitacoes@tjro.jus.br, por meio do fax n. (0xx69) 3217-1372 ou entregues na sala do Departamento de Compras (DEC/TJRO), situada na Rua José Camacho n. 585, Sala 4, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76801-330.

10.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

10.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades ou não o fizer no prazo estipulado.

10.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do e-mail licitacoes@tjro.jus.br.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.

11.2. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.

11.3. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.

11.4. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

11.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará, na anulação do empenho ou na rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.6. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo Pregoeiro, ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.8. O Pregoeiro poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

11.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n. 8.666/93.

11.11. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no Jornal "A Gazeta de Rondônia", no *site* www.tjro.jus.br, bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.

11.12. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.13. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

11.14. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.

11.15. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* www.tjro.jus.br ou www.comprasnet.gov.br, bem como na sala do Departamento de Compras (DEC/TJRO), situada na Rua José Camacho n. 585, Sala 4, Térreo, Bairro Olaria, nesta Capital, no horário 7h às 13h e das 16h às 18h, onde poderá ser retirado em meio físico ou eletrônico, sem ônus para o Tribunal, com estes arcando o interessado, tais como fotocópia, ou trazendo o CD-R, ou Pen Drive próprio.

11.16. O Pregoeiro e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (0xx69) 3217-1373, pelo fax (0xx69) 3217-1372, e ainda pelo e-mail licitacoes@tjro.jus.br. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.

11.17. São partes integrantes do presente Edital:

a) ANEXO I – Termo de Referência;

b) ANEXO II - Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances;

c) ANEXO III - Preços de referência.

d) ANEXO IV - Minuta do Contrato.

Porto Velho/RO, 17 de setembro de 2013.

José Miguel de Lima
Secretário Administrativo

Rua José Camacho n. 585, Sala 4, Térreo - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3217-1373 Fax: (69) 3217-1372 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência Nº 018/DECAP/2013

Contratação de empresa (s) para prestar(em) serviço(s) de treinamento em PMP Foundations + PMP Advanced (Combo)

Elaboração: Divisão de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal - DECAP

Elaboração: **Guacymara Barbosa Gorayeb**
Técnica Judiciária

Colaboração: **Daniely Amadio de oliveira**
Diretora DECAP/DRHI

Porto Velho/RO, Agosto de 2013.

1. DA JUSTIFICATIVA

1.1 Com a reorganização da COINF, foi criado o escritório de projetos (EP) dentro do novo organograma, seguindo a recomendação na resolução n° 99/CNJ. O EP foi pensado como um ponto de controle da grande demanda de projetos simultâneos, podemos citar os 93 sistemas implantados e/ou em desenvolvimento que fazem parte do nosso portfólio e devem ser gerenciados em conjunto com os outros setores da Coordenadoria.

1.2 Esse cenário torna necessária a capacitação dos servidores para realizarem com mais eficácia e eficiência as suas atribuições nesse novo setor. Esse curso visa acelerar o processo de implantação do EP na COINF, pois trará práticas já testadas no mercado para serem adaptadas ao PJRO, facilitando esse processo; além de economizar tempo e esforço.

1.3 A capacitação solicitada visa qualificar servidores que trabalharão com projetos de TI e no Escritório de Projetos de TIC (EP), portanto esse conhecimento será a base do funcionamento do EP e servirá para sugerir melhorias e adaptações nos fluxos de trabalho da unidade construídos na oficina de simplificação de processos.

1.4 O *Project Management Institute* (PMI) foi criado em 1969, sendo atualmente a principal associação mundial sem fins lucrativos em Gerenciamento de Projetos, atualmente com mais de 500.000 associados em 185 países.

1.5 Na década de 90, o PMI marcou presença na rede mundial da Internet e publicou o "*A Guide to the Project Management Body of Knowledge* (PMBOK® Guide)", um guia englobando todas as áreas do conhecimento que regem as regras do gerenciamento de projetos, tornando-se referência mundialmente aceita nessa área de conhecimento.

1.6 Esse livro identifica e descreve o subconjunto do universo do conhecimento de Gerenciamento de Projetos reconhecido como boas práticas em muitos projetos na maior parte do tempo, havendo consenso pelos praticantes sobre seus valores e aplicabilidade. Entretanto, a aceitação geral não representa a necessidade de aplicação uniforme em todos os projetos, devendo ser definido o que é apropriado para cada projeto / indústria.

1.7 O *PMBOK® Guide* também estabelece uma linguagem comum para a profissão, servindo de referência básica para qualquer um que se interesse pelo Gerenciamento de Projetos e, como tal, não deve ser encarado como um documento que contemple a totalidade do conhecimento de Gerenciamento de Projetos. Periodicamente serão feitas revisões e novas versões serão desenvolvidas.

1.8 Desde 1984 o PMI tem se dedicado a desenvolver e manter um rigoroso programa de certificação profissional para promover o crescimento da profissão de Gerenciamento de Projetos e reconhecer as realizações de indivíduos no tema. A certificação de *Project Management Professional* do PMI (PMP) é a credencial mais reconhecida mundialmente para indivíduos envolvidos com o Gerenciamento de Projetos. Em 1999, o PMI se tornou a primeira organização no mundo a ter seu Programa de Certificação reconhecido pela ISO 9001.

1.9 Para obter a Certificação PMP, o profissional deve satisfazer a determinados requisitos de educação e experiência, concordar e aderir ao Código de Conduta Profissional (*Code of Professional Conduct*) e passar no Exame de Certificação PMP. Durante o processo de certificação, o candidato deverá apresentar 4.500 horas de experiência em gerenciamento de

projetos nos últimos 6 anos.

1.10 Além disso da certificação profissional, o PMI mantém um banco de dados on-line de provedores qualificados de educação, treinamento e produtos de Gerenciamento de Projetos (REP - *Registered Education Provider*).

1.11 Os benefícios em se utilizar um R.E.P. para treinamento são:

- alinhamento comprovado com PMI;
- aprovação prévia do PMI pata oferecer Unidades de desenvolvimento Profissional (PDUs) e processamento automático dos relatórios das PDUs daqueles que possuem uma certificação. PDU é a unidade de medida utilizada para quantificar atividades aprovadas de serviço profissional e aprendizagem. Essas atividades devem estar relacionadas a tópicos de Gerenciamento de Projetos substancialmente consistentes com as áreas de conhecimento e os processos descritos no *A Guide to the Project Management Body of Knowledge* (*PMBOK® Guide*) e envolver recursos especializados apropriados;
- as qualificações são verificadas antes do aceite e a cada três anos a partir de então, por meio do processo de revisão da qualidade do PMI;
- cada um dos cursos de gerenciamento de projetos registrados no PMI deve ser reavaliado por um titular de uma certificação apropriada e válida do PMI;
- verificação do enfoque dos cursos no resultado da aprendizagem;
- os provedores devem atualizar seus métodos de aprendizagem e devem aprimorar constantemente suas habilidades;
- os cursos devem ser atualizados e estar de acordo com as últimas versões dos padrões mundiais do PMI;
- verificação de mecanismos locais para que os estudantes deem retorno sobre os cursos à organização e ao PMI;
- demonstração de uma melhoria continua dos cursos que levam em consideração o *feedback* dos alunos;
- melhoria continua de qualidade dos processos e dos procedimentos demonstrada em toda a organização;
- envolvimento ativo com a rede do PMI e atualização sobre as próximas mudanças dos recursos e procedimentos do PMI.

1.12 Neste sentido, solicitamos a contratação do **Curso: em PMP Foundations + PMP Advanced (Combo),** a ser realizado na **Cidade de Porto Velho-RO**.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O certame licitatório será regido pelas Leis nº 8.666/93, pela Lei Estadual n. 2.414/2011 e alterações posteriores.

2.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar 123/2006.

3. DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada para prestar (em) serviços de treinamento em PMP Foundations + PMP Advanced (Combo), na última versão disponível no mercado.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto deste Termo de Referência será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por Preço Global, nos termos dos art. 6º, VIII, "a" da Lei n. 8.666/93.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A Contratada deverá iniciar o treinamento em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, ajustando com a Gestora do Contrato a data e horário em que deverá iniciar os serviços que serão ministrados nas instalações do Tribunal, em Porto Velho/RO.

5.2 Os treinamentos em PMP Foundations + PMP Advanced (Combo), na modalidade presencial, atenderá 27 (vinte e sete) serventuários lotados na Coordenadoria de Informática (COINF/TJRO), e seu conteúdo programático está previsto no **Anexo I** deste Termo de Referência.

5.3 A carga horária mínima total de aulas para o curso de PMP Foundations + PMP Advanced (Combo) deverá ser de 48 (quarenta e oito) horas.

5.4. O treinamento em PMP Foundations + PMP Advanced (Combo) na modalidade presencial, deverá ter duração de pelo menos 6 (seis) dias a serem contados a partir do início das aulas, conforme acordo entre a Contratada e o Tribunal.

5.5. **A Contratada deverá fornecer todo o material didático,** devendo consistir de Apostilas e/ou Livros, contemplando todos os assuntos abordados, atividades de extensão comunicativa, atividades para consolidação do conteúdo apresentado, bem como demais materiais que a Contratada utilize em sua metodologia de ensino, disponibilizando aos participantes no máximo até a primeira hora de treinamento.

5.5.1. A confecção, a impressão, a qualidade e o fornecimento do material didático distribuído para cada participante será de total responsabilidade da Contratada.

5.6. Em hipótese alguma será aceita cópia (xerox) de material didático ou material que viole direito autoral de terceiros.

5.7. A Contratada deverá prezar pelo cumprimento dos horários de início e de término das atividades de treinamento. Nos eventuais atrasos que venham a ocorrer, a Contratada deverá realizar a devida compensação, tendo em vista a integralidade do treinamento de interesse do Tribunal.

5.8. O horário para eventual compensação deverá ser adequado entre a Contratada e a Gestora do Contrato.

5.9. A Contratada deverá fornecer, no prazo de até 3 (três) dias corridos após o término do curso, o Certificado de Participação para os serventuários que concluírem o treinamento, desde que tenham o aproveitamento mínimo exigido pelo programa.

5.10. Após o treinamento ter sido concluído o Tribunal emitirá um "Termo de Aceite de Treinamento".

5.11. O profissional indicado pela Contratada, conforme alínea "a" do Item 8.7 deste Termo de Referência, deverá efetivamente ministrar a execução do objeto deste Termo, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada

previamente pela Administração.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Comprovação do registro da empresa (R.E.P.) no PMI.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

7.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.

7.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto deste Termo de Referência.

7.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar diretamente os serviços, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento, vedada a subcontratação.

8.2. Responsabilizar pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 70 da Lei nº 8.666/93.

8.3. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, em função da execução do objeto deste Termo de Referência, assim como os referentes a acidentes de trabalho.

8.4. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

8.5. Manter, por seus representantes ou prepostos, sigilo quanto aos trabalhos executados e elementos utilizados.

8.6. Prestar esclarecimentos, sempre que necessário, sobre o treinamento, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos serviços.

8.7. Apresentar a Gestora do Contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato:

a) Declaração indicando o(s) instrutor(es) que ministrará(ão) o treinamento, objeto deste Termo de Referência, acompanhada da respectiva comprovação de que os profissional(is) indicado(s) possui(em) certificação PMP (ex.: certificado, diploma ou outro meio idôneo);

b) Comprovação de possuir em seu quadro o profissional indicado na alínea “a” do subitem 8.7 deste Termo de Referência. A comprovação do **vínculo profissional** será efetuada mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo

do Ministério do Trabalho; registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou, ainda, qualquer outro meio admitido pela legislação pertinente. Para os dirigentes de empresas, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da Ata da Assembleia em que se deu sua investidura no cargo ou, ainda, do contrato social.

c) Declaração profissional indicado na alínea "a" do subitem 8.7 deste Termo de Referência, aceitando o exercício da função pelo treinamento.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa decorrente desta contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade Orçamentária n. 03.011 – Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU, Funcional Programática n. 02.126.1203.1023 – Aperfeiçoar a Tecnologia da Informação e Comunicação às Demandas dos Serviços Judiciários:

Item da contratação	Projeto Estratégico	Projeto Operacional	Especificação da despesa (conforme o SIGA)	Elemento de Despesa	Subitem
1	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	Capacitação de TIC	PMP Foundation + PMP Advanced (20 Pessoas)	339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	48 – Serviço de Seleção e Treinamento

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Conforme art. 67 da Lei n.8666/93 e Instrução n. 001/2009-PR do Tribunal (DJE n. 20, de 30/01/2009), o Contrato terá como Gestora a Diretora da Divisão de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal (DECAP/TJRO), Sra. **Daniely Amadio de Oliveira**.

10.2. A Gestora do Contrato poderá ser localizada na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho, 585, Olaria, 1º Andar, Porto Velho – RO, CEP 76801-330.

11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo de vigência do contrato será de até 90 (noventa) dias, contados da data da sua assinatura, recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Havendo recusa da empresa vencedora em assinar o Contrato, receber a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

12.1.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou

prejuízos será de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação pela empresa.

12.2. O atraso injustificado para o início do treinamento, conforme subitem 5.1 deste Termo de Referência sujeitará a Contratada à multa diária de 0,5% (zero vírgula por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, até o 10º (décimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil após o término do respectivo prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia consecutivo, cumprir-se-á o disposto no subitem 12.9 deste Termo de Referência.

12.3. O atraso injustificado para o fornecimento do material didático, conforme subitem 5.5 deste Termo, e ainda, caso ocorra a apresentação de cópia (xerox) de material didático ou material que viole direito autoral de terceiros, conforme subitem 5.6 deste Termo de Referência sujeitará a Contratada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente. Caso ocorra qualquer dessas situações a execução do objeto deste Termo ficará suspensa e será agendada data posterior, de acordo com a conveniência do Tribunal.

12.4. Caso o profissional indicado para ministrar o treinamento não puder fazê-lo, ou ainda não haja sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, conforme subitem 5.11 deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, incorrendo, além desta, as penalidades previstas no subitem 12.2 deste Termo de Referência.

12.5. O atraso injustificado para o fornecimento do Certificado de Participação, conforme subitem 5.10 deste Termo de Referência sujeitará a Contratada à multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, até o 10º (décimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil após o término do respectivo prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia consecutivo, cumprir-se-á o disposto no subitem 12.9 deste Termo de Referência.

12.6. A Contratada quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações pactuadas, nos casos previstos no art. 57, § 1º, II e V da Lei n. 8.666/93, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito à Gestora do Contrato, ficando a critério do Tribunal a sua aceitação.

12.7. Vencido o prazo proposto sem o cumprimento da respectiva obrigação, o Tribunal oficiará a Contratada, comunicando-lhe a data limite para o cumprimento da obrigação. A partir da data limite considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o item 12.9 deste Termo de Referência.

12.8. O cumprimento da obrigação até a data limite de que trata o item anterior não isenta a Contratada da (s) multa (s) prevista (s) no (s) subitem (ns) 12.2, 12.3, 12.4 e/ou 12.5 deste Termo de Referência.

12.9. Pelo descumprimento total ou parcial do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá rescindir o contrato, anular o empenho e/ou aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.10. As multas devidas e os prejuízos causados ao Tribunal serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei.

12.11. A Contratada inadimplente, quando não tiver valores a receber deste Tribunal, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação, para recolhimento da multa ou para o

ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

12.12. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do Contrato, não impede que o Tribunal aplique à Contratada as demais sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade).

12.13. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do Contrato, ou todas as sanções relacionadas no Edital, será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

12.14. As multas previstas neste Termo de Referência não têm caráter indenizatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13. DOS PREÇOS

13.1. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (imposto, taxa, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais ou previdenciárias, transporte, alimentação, hospedagem, materiais didáticos, certificados, etc.) devem estar inclusas nos preços cotados, além dos percentuais de descontos concedidos.

13.2. O critério de aceitabilidade dos preços (global) será o da compatibilidade com os preços de mercado.

13.3. Os preços indicados no Termo de Referência correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar valor do objeto a ser licitado, não vinculando os concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economia da sua proposta, atendidos fatores e critério de julgamentos estabelecidos neste Termo de Referência.

14. DA ALTERAÇÃO, DO REAJUSTE DOS PREÇOS, DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 65 da Lei n. 8.666/93.

14.2. Durante o prazo de vigência do Contrato, o seu respectivo valor será irreajustável.

14.3. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo III, Seção V da Lei n. 8.666/93, a **rescisão** do contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 78, I a XII e XVII da Lei n. 8.666/93, conforme disposto no art. 77 c/c art. 79, I da referida Lei;

b) será declarada unilateralmente pelo Tribunal se, durante a vigência do Contrato, a Contratada contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal, haja vista ser vedada, nesses casos, a manutenção, aditamento ou prorrogação contratual, conforme disposto no art. 3º da

Resolução n. 07/2005, alterado pela Resolução n. 09/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, não implicando qualquer ônus para o Tribunal; e

c) poderá ocorrer amigavelmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 79, II e III, da referida Lei.

14.4. Se a rescisão for unilateral ou amigável, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de rescisão, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

15. DO PAGAMENTO

15.1. A Contratada deverá emitir a fatura/nota fiscal em nome do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – CNPJ n. 10.466.386/0001-85. Endereço: Rua José Camacho n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

15.2. O pagamento será efetuado **até o 20º (vigésimo) dia consecutivo** contado a partir da apresentação da fatura/nota fiscal com aceite/certificação da Gestora do Contrato, desde que o serviço já tenha sido realizado e a documentação da empresa esteja regularizada.

15.3. A fatura/nota fiscal, uma vez certificada pelo Fiscal ou Gestora do Contrato, será paga mediante **depósito bancário** na conta corrente indicada pela Contratada em sua Proposta de Preços Detalhada.

15.4. Se a fatura/nota fiscal for apresentada em desacordo ao contratado e/ou com irregularidades, ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Tribunal.

15.5. Nenhum pagamento será efetuado a empresa Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer de suas obrigações, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

15.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da fatura/nota fiscal, serão calculados – mediante apresentação de fatura/nota fiscal própria – por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:
EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$I = \frac{i}{365}$	$I = \frac{6/100}{365}$	I = 0,00016438

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6%.

16. CONCLUSÃO

16.1. O valor orçado para o presente Termo de Referência constará de Quadro Demonstrativo de Quantitativos e Valores elaborado pela Divisão de Aquisição e Contratação (DIAC/TJRO). Diante do exposto, acreditamos ter definido com clareza e precisão os subsídios necessários no objetivo de provocar a contratação da empresa que realizará o serviço para ministrar o curso acima citado, que propiciará as habilidades necessárias, conforme condições descritas no Termo de Referência.

ANEXO I – Conteúdo Programático

ANEXO II – Quadro de Valores

Daniely Amadio de Oliveira
Diretora da DECAP/DRH

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- ***PMP Foundations + PMP Advanced (Combo)***

- ✓ ***PMP Foundations***
- ✓ Introdução ao gerenciamento de projetos
- ✓ Conceitos do PMP, histórico, instituições relacionadas, porque os projetos falham, papel do gerente de projetos com base no PMP do PMI, influência dos stakeholders
- ✓ Estruturas organizacionais e suas influências no ambiente do projeto
- ✓ Ciclo de vida do projeto e visão geral dos processos do PMBoK® 4º Edição do PMI
- ✓ Seleção de projetos, iniciando o gerenciamento de projeto, termo de abertura de projeto, identificação de stakeholders, gestão de mudança organizacional
- ✓ Planejamento do projeto com base no PMI, escopo, criação de EAP, estimativas de tempo, caminho crítico, desenvolvimento do cronograma
- ✓ Execução de um projeto, gestão de conflitos, desenvolvimento da equipe do projeto, gerenciando expectativas dos stakeholders, questões relacionadas à aquisições
- ✓ Monitoramento e controle de projeto, análise de valor agregado, controle de mudanças.

- ✓ ***PMP Advanced***
- ✓ *Gerenciamento de Integração:* Coordenar os vários elementos do projeto; desenvolver o Plano Global do Projeto; Coletar os resultados de outros processos do planejamento e colocá-los em um consistente e coerente documento;Executar o Plano Global do Projeto – realizar o plano pela execução das atividades incluídas; Controlar as Mudanças Globais – coordenar as mudanças através do projeto inteiro.
- ✓ *Gerenciamento de Escopo:* Incluir todo e tão somente o trabalho necessário para ser concluído com sucesso; iniciar – submeter a organização para começar a próxima fase do projeto; Planejar o escopo – desenvolver um documento do escopo como base para as decisões futuras do projeto; Definir o escopo – subdividir os principais resultados do projeto em componentes menores, mais gerenciáveis; Verificar o escopo – formalizar a aceitação do escopo do projeto; Controlar as mudanças do escopo – controlar as mudanças no escopo do projeto.
- ✓ *Gerenciamento de Tempo:* Concluir o projeto no prazo previsto; definir as atividades – identificar as atividades específicas, que devem ser executadas para produzir os vários resultados do projeto; Seqüenciar as atividades – identificar e documentar dependências interativas; estimar a duração de atividades; Desenvolver o cronograma – analisar as seqüências das atividades, durações e exigências de recursos, criar o cronograma do projeto; Controlar o cronograma – controlar as mudanças no cronograma de projeto.
- ✓ *Gerenciamento de Custos:* Concluir dentro do orçamento aprovado; Planejar os recursos – determinar quais recursos (pessoas, equipamentos, materiais) devem ser utilizados e a quantidade de cada um para executar as atividades do projeto; Estimar custos – desenvolver uma aproximação dos custos necessários dos recursos para terminar as

atividades do projeto; Orçar custos – alocar a estimativa de custo total aos itens individuais do trabalho; Controlar custos – controlar as mudanças de orçamento do projeto.

- ✓ *Gerenciamento de Qualidade:* Satisfazer às necessidades para as quais foi empreendido o projeto; Planejar a qualidade – identificar os padrões de qualidade relevantes ao projeto e determinar como serão satisfeitos; Garantir a qualidade – avaliando a execução total do projeto em uma base regular para fornecer a confiança de que o projeto será satisfatório aos padrões de qualidade relevantes; Controlar a qualidade – monitorar os resultados específicos do projeto para determinar se atendem aos padrões, e identificar maneiras para eliminar causas do desempenho insatisfatório.
- ✓ *Gerenciamento de Recursos Humanos:* Utilizar de maneira mais eficaz o pessoal envolvido no projeto; Planejar o modelo organizacional – identificar, documentar e atribuir as funções no projeto, as responsabilidades, e reportar os relacionamentos; Recrutar pessoal – adquirir recursos humanos necessários e atribuir ao trabalho do projeto; Desenvolver a equipe – desenvolver as habilidades individuais e do grupo para elevar o desempenho; Responsabilidade profissional e ética em projetos.
- ✓ *Gerenciamento de Comunicações:* Definir que as informações do projeto sejam adequadamente coletadas e disseminadas; Planejar as comunicações – determinar a informação e as comunicações necessárias para os interessados: quem necessita de qual informação, quando ela é necessária e como lhes será dada; Distribuir as informações – fazer a informação necessária disponível para os interessados, de maneira oportuna; Relatar o desempenho – coletar e disseminar a informação do desempenho, status, as medições de progresso e previsões; Encerramento administrativo – gerar, recolher e disseminar a informação para formalizar a conclusão de fase ou de projeto.
- ✓ *Gerenciamento de Riscos:* Identificar, analisar e responder aos riscos do projeto; identificar os riscos – determinar quais riscos podem afetar o projeto, e documentar as características de cada um; quantificar os riscos – avaliar os riscos e suas interações para ponderar uma escala de consequências possíveis do projeto; desenvolver as respostas aos riscos – definir etapas de realce para oportunidades, e respostas às ameaças; controlar as respostas aos riscos – responder às mudanças de risco sobre o curso do projeto.
- ✓ *Gerenciamento de Aquisições:* Gerenciar as aquisições de bens e serviços de terceiros; Planejar aquisições – determinar o que obter e quando; Planejar o processo de solicitação – documentar as exigências do produto e identificar fontes potenciais; Processar solicitação – obter cotações, concorrências, ofertas ou propostas, conforme apropriado; selecionar o fornecedor – escolher dentre os vendedores potenciais; Administrar o contrato – controlar o relacionamento com o vendedor; Encerrar o contrato – concluir e liquidar o contrato, incluir a resolução de itens em aberto.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

QUADRO DE VALORES

Item	Objeto	Quant.	CH	Período	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
1	PMP Foundations + PMP Advanced (Combo)	27	48 h	6 dias		

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n. 092/2013

Razão Social:
Número do CNPJ:
Endereço completo com CEP:
Fone/Fax/Celular:
Outros (correio eletrônico, caixa postal, etc.):
Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:
Responsável legal para assinatura do contrato/instrumento equivalente:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento em PMP Foundations + PMP Advanced (combo), na última versão disponível no mercado, nos termos do Pregão em epígrafe.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT./UN.	VALOR UNITÁRIO R$	TOTAL DO ITEM (R$)
-	1	_____*[Descrever as especificações do serviço]*____.	27 alunos		
				TOTAL DO ITEM/GRUPO (R$)	

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte, embalagens e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

Atenciosamente,

_____
Local e Data

_____
Nome e assinatura do representante legal da empresa
RG:
CPF:

ANEXO III

PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.UN	PREÇO DE REFERÊNCIA POR ALUNO
1	**PMP Foundations + PMP Advanced (combo)**	**27 alunos**	**1.097,54**

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E _____.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, sediado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por seu Secretário Administrativo, **JOSÉ MIGUEL DE LIMA,** RG n. 308669 SSP/RO, CPF n. 203.700.912-72, por delegação conforme Portaria n. 0640/2012-PR, publicada no DJE n. 128/2012 de 16 de julho de 2012, com recursos da Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU (CNPJ n. 10.466.386/0001-85), e, por outro lado, a empresa _____, CNPJ n. _____, situada na _____, n. _____, Bairro _____, cidade _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato por _____ RG n. _____, CPF n. _____, celebram o presente Contrato na melhor forma de direito, em conformidade com as Leis Federais n. 8.666/93, n. 10.520/02 e Lei Complementar n. 123/06, bem como pelas Resoluções do TJRO n. 006/2003-PR, publicado no Diário da Justiça/RO n. 057 de 26/03/2003, e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital de Pregão Eletrônico n. **092/2013** – DEC/TJRO, tipo menor preço, doravante denominado simplesmente EDITAL, autorizado pelo Processo Administrativo n. 0016633-14.2013.8.22.1111, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços de treinamento em PMP Foundations + PMP Advanced (combo), na última versão disponível no mercado, conforme as disposições do Edital e seus Anexos.

1.2. Integram o presente Contrato, devidamente assinados e rubricados, o EDITAL e seus Anexos e a Nota de Empenho _____, constantes no referido Processo Administrativo.

DO REGIME DE EXECUÇÃO - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. O objeto deste Contrato será realizado por execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos dos art. 6º, VIII, “a” da Lei n. 8.666/93.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 A CONTRATADA deverá iniciar o treinamento em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, ajustando com a Gestora do Contrato a data e horário em que deverá iniciar os serviços que serão ministrados nas instalações do CONTRATANTE, em Porto Velho/RO.

3.2. Os treinamentos em PMP Foundations + PMP Advanced (Combo), na modalidade presencial, atenderá 27 (vinte e sete) serventuários lotados na Coordenadoria de Informática (COINF/TJRO), e seu conteúdo programático está previsto no **Anexo I** do Termo de Referência.

3.3. A carga horária mínima total de aulas para o curso de PMP Foundations + PMP Advanced (Combo) deverá ser de 48 (quarenta e oito) horas.

3.4. O treinamento em PMP Foundations + PMP Advanced (Combo) na modalidade presencial, deverá ter duração de pelo menos 6 (seis) dias a serem contados a partir do início das aulas, conforme acordo entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

3.5. A CONTRATADA deverá fornecer todo o material didático, devendo consistir de Apostilas e/ou Livros, contemplando todos os assuntos abordados, atividades de extensão comunicativa, atividades para consolidação do conteúdo apresentado, bem como demais materiais que a Contratada utilize em sua metodologia de ensino, disponibilizando aos participantes no máximo até a primeira hora de treinamento.

3.5.1. A confecção, a impressão, a qualidade e o fornecimento do material didático distribuído para cada participante será de total responsabilidade da CONTRATADA.

3.6. Em hipótese alguma será aceita cópia (xerox) de material didático ou material que viole direito autoral de terceiros.

3.7. A CONTRATADA deverá prezar pelo cumprimento dos horários de início e de término das atividades de treinamento. Nos eventuais atrasos que venham a ocorrer, a CONTRATADA deverá realizar a devida compensação, tendo em vista a integralidade do treinamento de interesse do CONTRATANTE.

3.8. O horário para eventual compensação deverá ser adequado entre a CONTRATADA e a Gestora do Contrato.

3.9. A CONTRATADA deverá fornecer, no prazo de até 3 (três) dias corridos após o término do curso, o Certificado de Participação para os serventuários que concluírem o treinamento, desde que tenham o aproveitamento mínimo exigido pelo programa.

3.10. Após o treinamento ter sido concluído o CONTRATANTE emitirá um “Termo de Aceite de Treinamento”.

3.11. O profissional indicado pela CONTRATADA, conforme alínea “a” do Item 9.7 deste contrato, deverá efetivamente ministrar a execução do objeto deste contrato, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela Administração.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA - CLÁUSULA QUARTA

4.1 O prazo de vigência deste contrato será de até 90 (noventa) dias, contados da data da sua assinatura.

DO VALOR E DO REAJUSTE - CLÁUSULA QUINTA

5.1. O valor total deste Contrato é estimado em **R$** _____ **(**_____ _____**).**

5.2. Durante o prazo de vigência deste Contrato, o seu respectivo valor será irreajustável.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA SEXTA

6.1. A despesa decorrente da realização do objeto deste Contrato correrá por conta de recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Projeto Estratégico: Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, Projeto Operacional: Capacitação de TIC, Unidade Orçamentária n. 03011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU, Funcional Programática n. 03.126.1203.1023 – Aperfeiçoar a Tecnologia da Informação e Comunicação às Demandas dos Serviços Judiciais, Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Subitem 48 – Serviço de Seleção e Treinamento.

DO PAGAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. A CONTRATADA deverá emitir a fatura/nota fiscal em nome do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – CNPJ n. 10.466.386/0001-85. Endereço: Rua José Camacho n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

7.2. O pagamento será efetuado **até o 20º (vigésimo) dia consecutivo** contado a partir da apresentação da fatura/nota fiscal com aceite/certificação da Gestora do Contrato, desde que o serviço já tenha sido realizado e a documentação da empresa esteja regularizada.

7.3. A fatura/nota fiscal, uma vez certificada pelo Fiscal ou Gestora do Contrato, será paga mediante **depósito bancário** na conta corrente indicada pela CONTRATADA em sua Proposta de Preços Detalhada.

7.4. Se a fatura/nota fiscal for apresentada em desacordo ao contratado e/ou com irregularidades, ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer de suas obrigações, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

7.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo

pagamento da fatura/nota fiscal, serão calculados – mediante apresentação de fatura/nota fiscal própria – por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:
EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$I = \frac{i}{365}$	$I = \frac{6/100}{365}$	I = 0,00016438

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6%.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA OITAVA

8.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Contrato;

8.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste Contrato; e

8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA NONA

***9*.1.** Executar diretamente os serviços, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento, vedada a subcontratação.

9.2. Responsabilizar pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 70 da Lei nº 8.666/93.

9.3. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, em função da execução do objeto deste Contrato, assim como os referentes a acidentes de trabalho.

9.4. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

9.5. Manter, por seus representantes ou prepostos, sigilo quanto aos trabalhos executados e elementos utilizados.

9.6. Prestar esclarecimentos, sempre que necessário, sobre o treinamento, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos serviços.

9.7. Apresentar a Gestora do Contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do

contrato:

a) Declaração indicando o(s) instrutor(es) que ministrará(ão) o treinamento, objeto deste contrato, acompanhada da respectiva comprovação de que os profissional(is) indicado(s) possui(em) certificação PMP (ex.: certificado, diploma ou outro meio idôneo);

b) Comprovação de possuir em seu quadro o profissional indicado na alínea "a" do subitem 9.7 deste contrato. A comprovação do **vínculo profissional** será efetuada mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho; registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou, ainda, qualquer outro meio admitido pela legislação pertinente. Para os dirigentes de empresas, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da Ata da Assembleia em que se deu sua investidura no cargo ou, ainda, do contrato social.

c) Declaração profissional indicado na alínea "a" do subitem 9.7 deste contrato, aceitando o exercício da função pelo treinamento.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Comprovação do registro da empresa (R.E.P.) no PMI.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. Conforme art. 67 da Lei n.8666/93 e Instrução n. 001/2009-PR do Tribunal (DJE n. 20, de 30/01/2009), o Contrato terá como Gestora a Diretora da Divisão de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal (DECAP/TJRO), Sra. **Daniely Amadio de Oliveira**.

11.2. A Gestora do Contrato poderá ser localizada na Sede do CONTRATANTE, na Rua José Camacho, 585, Olaria, 1º Andar, Porto Velho – RO, CEP 76801-330.

DAS PENALIDADES - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e/ou do Sistema de Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aquele que:

12.1.1. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

12.1.2. não mantiver a proposta;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução deste Contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal.

12.2. O atraso injustificado para o início do treinamento, conforme subitem 3.1 deste Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total

do contrato ou instrumento equivalente, até o 10º (décimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil após o término do respectivo prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia consecutivo, cumprir-se-á o disposto no subitem 12.9 deste Contrato.

12.3. O atraso injustificado para o fornecimento do material didático, conforme subitem 3.6 deste Contrato, e ainda, caso ocorra a apresentação de cópia (xerox) de material didático que não tenha sido gerado pela própria CONTRATADA ou associado, ou material que viole direito autoral de terceiros, conforme subitem 3.7 deste Contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente. Caso ocorra qualquer dessas situações a execução do objeto deste Contrato ficará suspensa e será agendada data posterior, de acordo com a conveniência do CONTRATANTE.

12.4. Caso o profissional indicado para ministrar o treinamento não puder fazê-lo, ou ainda não haja sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, conforme subitem 3.11 deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, incorrendo, além desta, as penalidades previstas no subitem 12.2 deste Contrato.

12.5. O atraso injustificado para o fornecimento do Certificado de Participação, conforme subitem 3.9 deste Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, até o 10º (décimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil após o término do respectivo prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia consecutivo, cumprir-se-á o disposto no subitem 12.9 deste Contrato.

12.6. A CONTRATADA quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações pactuadas, nos casos previstos no art. 57, § 1º, II e V da Lei n. 8.666/93, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito à Gestora do Contrato, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

12.7. Vencido o prazo proposto sem o cumprimento da respectiva obrigação, o CONTRATANTE oficiará a CONTRATADA, comunicando-lhe a data limite para o cumprimento da obrigação. A partir da data limite considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o item 12.9 deste Contrato.

12.8. O cumprimento da obrigação até a data limite de que trata o item anterior não isenta a CONTRATADA da (s) multa (s) prevista (s) no (s) subitem (ns) 12.2, 12.3, 12.4 e/ou 12.5 deste Contrato.

12.9. Pelo descumprimento total ou parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, anular o empenho e/ou aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.10. As multas devidas e os prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei.

12.11. A CONTRATADA inadimplente, quando não tiver valores a receber deste CONTRATANTE, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

12.12. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do Contrato, não

impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade).

12.13. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do Contrato, ou todas as sanções relacionadas no Edital, será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

12.14. As multas previstas neste Contrato não têm caráter indenizatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

DA RESCISÃO CONTRATUAL - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo III, Seção V da Lei n. 8.666/93, a rescisão contratual dar-se-á conforme a seguir:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 78, I a XII e XVII da Lei n. 8.666/93, conforme disposto no art. 77 c/c art. 79, I da referida Lei;

b) será declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se, durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, haja vista ser vedada, nesses casos, a manutenção, aditamento ou prorrogação contratual, conforme disposto no art. 3º da Resolução n. 07/2005, alterado pela Resolução n. 09/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE; e

c) poderá ocorrer amigavelmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 79, II e III, da referida Lei.

14.2. Se a rescisão for unilateral ou amigável, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de rescisão, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 65 da Lei n. 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça do Estado de Rondônia.

DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 8.666/93.

DO FORO - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho - RO, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Termo de Contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e para o mesmo efeito, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, na presença das testemunhas.

Porto Velho-RO, ____ de _____ de 2013.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
José Miguel de Lima
Secretário Administrativo

_____
Representante Legal

Testemunhas:
1)_____ 2) _____
CPF: _____ CPF: _____